

“Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”

6º Ciclo – A Política Nacional de Recursos Hídricos

## **Painel 1**

### I – Identificação

**Assunto:** Água: Gerenciamento e Utilização.

**Local:** Plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

### II – Participante

Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).

### III – Introdução

Realizou-se, no dia 13 de novembro de 2013, Audiência Pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar do assunto: “Água: Gerenciamento e Utilização”. A presente discussão integra o tema “A Política Nacional de Recursos Hídricos”, dentro da “Agenda 2013/2014 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País”.

Para proferir a palestra, foi convidado o Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor, presentes os Senadores Acir Gurgacz, Alfredo Nascimento, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Ruben Figueiró e Sérgio Souza.

### IV – Relato da exposição do palestrante Vicente de Andreu Guillo

O **Sr. Vicente Andreu Guillo** agradeceu a oportunidade de falar sobre o planejamento dos recursos hídricos no país e alertou que este tema, apesar de sua importância, não detém prioridade na agenda dos tomadores de decisão no Brasil.

Esclareceu, também, que é difícil tratar genericamente um país como o nosso. Além de seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados de extensão, a diversidade de climas, vegetações, regiões e situações econômicas impossibilitam análise e atuação homogêneas.

A título de ilustração, informou que o Brasil tem 1,6 milhão de quilômetros lineares de rio e possui cerca de 12 a 18% da água doce superficial mundial. Somente a Bacia Amazônica entrega ao Oceano Atlântico 220 mil metros cúbicos de água por

segundo. Do lado oposto, temos um Semiárido com quase cinquenta milhões de pessoas, sendo um dos mais populosos do mundo.

As cidades concentram a grande maioria da população (85%), colocando o Brasil com um dos países mais urbanizados do planeta. No entanto, as regiões metropolitanas, onde estão 60% daquele contingente, apresentam as piores disponibilidades hídricas.

Nessa perspectiva, diante das diversidades e dos contrastes nacionais, asseverou que a formulação de qualquer política hídrica precisa levar em conta as especificidades do local a que se dirigem.

Na sequência, apresentou alguns “pontos-problema” que envolvem os recursos hídricos. O primeiro referiu-se à legislação sobre águas. Disse que ela é nova e internacionalmente reconhecida como avançada. Inspirou aos estados da federação a edição de seus diplomas próprios e incentivou a criação de diversos comitês nacionais. Além disso, incitou a feitura de acordos em conflitos federativos sobre recursos hídricos, a exemplo do marco regulatório estabelecido no âmbito dos comitês de bacia hidrográfica do Piranhas-Açu. Esta região, localizada entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, enfrentou a pior seca dos últimos cem anos.

No entanto, percebe-se que essa legislação é complexa e foi, nas palavras do palestrante, indutora de um sistema. Em outras palavras: ela não é fruto de uma cultura e de procedimentos já existentes, mas idealizadora de um modelo.

Enquanto sua aplicação se dá perfeitamente bem nos estados da região Sudeste, outras localidades ficam a mercê do vácuo ou do descompasso normativo. Tome-se o caso da criação de comitês de bacia hidrográfica. Esse instituto é realizado de forma ideal nas áreas Sul e Sudeste do Brasil, onde é possível se constituir comitês de bacias hidrográficas coesos.

No entanto, no território amazônico e no semiárido o instituto é esvaziado. Neste, sendo intermitentes os rios, como falar de comitês de bacias hidrográficas que não existem durante uma parte do ano? Naquele, a vastidão territorial, associada à baixa densidade demográfica, dificulta a articulação dos atores envolvidos, aos moldes estabelecidos pelo conjunto legal atualmente vigente.

Assim, é preciso fazer com que a legislação reflita melhor as disparidades territoriais e abranja os casos que, hoje, se encontram às margens da regulação estatal.

O segundo problema disse respeito à definição do duplo domínio das águas. Vejamos como a questão está tratada no nosso ordenamento. A Constituição Federal define como águas federais as águas superficiais que fazem fronteira ou atravessam um ou mais estados ou países do continente sul-americano. A gestão dessas águas é de responsabilidade do órgão central, a ANA.

Já as águas subterrâneas pertencem todas aos estados. São também estaduais as águas superficiais que têm nascente e foz no território de determinado estado, assim

como as águas dos rios que correm em direção a outros rios – são afluentes de outros rios –, mesmo que forme rios de natureza federal. Um exemplo marcante deste último caso de rio estadual é o do Rio Tietê: ele nasce no Planalto Paulista e corre em direção ao Rio Paraná, que é um rio federal.

Essa configuração pode suscitar problemas, pois há sempre um interesse do estado em aproveitar o máximo possível das águas que são atribuídas ao seu domínio. E nesse afã de otimização aquífera, o estado não cumpre com algumas condições de entrega das águas de um rio como afluente de outro rio. É preciso regulamentar a matéria de forma precisa, atribuindo deveres e direitos aos estados que possuem rios de “dupla jurisdição”.

O terceiro ponto que traz preocupações, na opinião do palestrante, é o dos planos de recursos hídricos. Por meio desse instrumento político, recolhem-se os diversos planejamentos setoriais (de irrigação, navegação, hidroeletricidade, consumo humano, turismo etc) e procura-se conformá-los sob a ótica dos recursos hídricos.

A seguir, as conclusões do plano de recursos hídricos são traduzidas em recomendações e ações concretas sobre territórios que necessitam de determinada política sobre águas.

No entanto, o que vem acontecendo é que o planejamento setorial, que dá origem a uma parte do plano de recursos hídricos, não o reconhece. Isto é: o plano de recursos hídricos não é levado em conta no momento de se desenvolver o planejamento setorial.

Além disso, os investimentos públicos não seguem as prioridades definidas nos planos, seja o setorial, seja o de recursos hídricos. Eles não são, portanto, indutores da ação governamental. Assim, os planos deveriam receber novo impulso, no sentido de que pudessem ter algum tipo de vinculação ao orçamento público.

O quarto entrave detectado pelo expositor foi em relação à cobrança pelo uso da água. Esse instrumental tributário, sob a perspectiva do Diretor da ANA, tem um papel crucial na sociedade. Seu valor é definido pelos usuários de determinada bacia hidrográfica e a renda auferida é direcionada integralmente para esta bacia.

Todavia, a efetivação da cobrança pelo uso da água vem se mostrando de difícil realização no território nacional. Hoje, ela representa valores na ordem de cento e cinquenta milhões de reais por ano nos comitês que a instituíram, mas isso ainda é muito pouco, frente ao real valor econômico da água.

Algumas questões levantadas por setores da sociedade podem explicar o adiamento ou a frustração de sua completa implementação. As indústrias sustentam que haverá uma elevação dos custos para se constituir uma indústria no país. Já os agricultores defendem que a cobrança pelo uso da água pode inviabilizar a agricultura irrigada no Brasil.

O grande problema enfrentado por esse instituto é que ele não reflete, em todas as regiões do país, os fundamentos sobre os quais ele foi criado. Melhor dizendo: a cobrança pelo uso da água possui um elemento didático, que é o de estimular o uso racional da água, e um elemento econômico, que relembra ao usuário a escassez do recurso.

Sucedem que esses fundamentos são bem aplicados nas regiões Sul, Sudeste e até na Centro-Oeste. Na região Amazônica, entretanto, é impossível pensar nesse tipo de cobrança, tamanha é a oferta de água. De outro norte, no Semiárido, tal instrumento deve refletir melhor o valor da escassez dos recursos hídricos, haja vista sua pouquíssima disponibilidade por lá.

Fechando essa primeira parte da apresentação, trouxe o quinto ponto-problema em relação às águas no Brasil: a forma como os recursos hídricos são tratados legalmente na esfera estadual.

Nesse âmbito, de forma geral, os recursos hídricos são tomados apenas como um instrumento complementar da legislação ambiental. No entanto, as águas não devem ter o mesmo tratamento dado ao meio ambiente. Isso porque, enquanto este se baseia na preservação e conservação, aquelas pressupõem o uso múltiplo e sustentável.

O conflito gerado pela falta de regulação específica pode ser sentido em vários exemplos pelo país, fragilizando os estados em seu planejamento hídrico. Um bom exemplo é Belo Monte: do ponto de vista ambiental, o projeto enfrenta problemas. Mas em relação aos recursos hídricos, ele é absolutamente viável.

A segunda parte da apresentação do Sr. Vicente Andreu Guillo foi sobre segurança hídrica. Inicialmente, ele ofereceu o seguinte conceito para o tema: segurança hídrica é a capacidade de oferecer água em quantidade e qualidade com vistas aos seus usos múltiplos, especialmente quanto à alimentação, ao abastecimento da agricultura e aos usos energéticos.

A questão eleva-se em importância, sobretudo quando se reconhece o grande nível de incerteza em relação à disponibilidade futura de água. Este recurso não é infinito. Ele é apenas renovável e as mudanças climáticas têm feito com que sua oferta seja cada vez mais incerta.

Nesse diapasão, a população precisa criar infraestruturas capazes de, nos períodos de chuva, armazenar as grandes ondas de cheias, minimizando os impactos das secas. Posteriormente, pode-se agregar a essas infraestruturas instrumentos para geração de energia elétrica.

Ademais, não se pode restringir determinado reservatório a um uso específico. Ele deve ser aproveitado em todo seu potencial. O reservatório Castanhão, na região do Semiárido, apesar de ser um grande reservatório e capaz de diversificadas funções, é usado apenas para abastecimento e irrigação. Para o palestrante, em casos tais, seria irracional não aproveitar essas estruturas também para a geração de energia.

O posicionamento displicente do País quanto à administração de seus recursos hídricos faz nascer a indagação: “o Brasil tem ou não grande segurança hídrica, sob a perspectiva de seus reservatórios?”.

É certo que nós temos um volume de água depositado em grandes reservatórios, mas a quantidade ainda é muito aquém da reservada pelos países desenvolvidos. Para ilustrar, hoje possuímos água reservada para 43 dias de deflúvio (diferença entre precipitação e evaporação). Este número é maior do que o de países africanos, mas fica muito distante do de países como os EUA, que possui mais de mil dias de água estocada para situações emergenciais.

Conclui-se, portanto, que é preciso retomar a construção de reservatórios voltados para os usos múltiplos que as águas ensejam. Especialmente se se pensar que os reservatórios atuais estão sendo “estressados”, isto é, estão operando para atender uma quantidade de usinas para as quais não estavam definidos anteriormente. Lembrou que não é apenas em função das condições climáticas que Sobradinho está funcionando num dos piores níveis de água da história.

Naturalmente, a construção de reservatórios envolve dificuldades de toda ordem (ambiental, social, impactos sobre comunidades locais etc), o que torna essencial um amplo acordo nacional de como efetivá-la. Não é possível mais pensar na construção de usinas como foi a de Balbina: para meros 250MW, inundou mais de dois mil quilômetros quadrados (a área de Belo Monte é de quinhentos quilômetros quadrados, para uma potência instalada de 11.233MW).

E onde esses reservatórios podem ser construídos, já que a grande área da Amazônia é de planície, não oferecendo uma boa relação custo-benefício? Uma alternativa seria no Rio Tapajós ou, mesmo, a construção de reservatórios menores em outras localidades do país, por meio de estudos específicos.

Recordou que a falta de reservatórios no Brasil está ligada a uma política definida pelo Banco Mundial para os países em desenvolvimento, nas décadas de 70, 80 e 90, do século passado. Naquela época, a construção de reservatórios não era financiada pelo Banco a esses países, criando uma situação extremamente desigual entre eles e as nações desenvolvidas.

Outra questão relevante quando se trata de segurança hídrica é a das adutoras (canais, galerias ou encanamentos destinados a conduzir as águas de um manancial para um reservatório). O Brasil tem uma rede razoável de adutoras, principalmente no Semiárido. Porém, essa rede pode e deve ser ampliada, seja no espaço, seja na capacidade de oferta de água. O País cresceu e a demanda por água também acompanhou esse crescimento.

Essa demanda é ainda maior nos períodos de seca, em que se evidencia a falta de infraestrutura de captação de águas por meio de adutoras. Muitos municípios passaram a pegar água diretamente em rios regularizados, que são afetados pela seca. O ideal seria que a administração municipal coletasse água de um reservatório. O que se observa, nos dias de hoje, é uma total fragilidade do sistema: a cidade, ao invés de captar água de um

reservatório próximo (às vezes, dez, quinze quilômetros de distância), recolhe de um rio, fazendo baixar a água a níveis preocupantes. É o que acontece em Jucurutu, no Rio Grande do Norte, que capta do Rio Piranhas, mas situa-se a quinze quilômetros do reservatório Armando Ribeiro Gonçalves.

O palestrante falou, ainda, da importância da construção dos canais de transposição do Rio São Francisco. Segundo ele, a transposição desse rio é instrumento estratégico para a segurança hídrica de regiões importantes do Brasil. O que se pretende é oferecer capacidade hídrica em situações críticas.

Registrou que, a despeito de argumentações desfavoráveis à medida, os impactos sofridos pelo São Francisco não serão significativamente agravados pela transposição. De cada 1.100 m<sup>3</sup>/s fluídos pelo rio, apenas 26 m<sup>3</sup>/s será retirado para esse fim. Dessa forma, vê-se que a obra é necessária e não causará impactos negativos para o rio.

Todavia, asseverou que a simples construção do canal e sua operação não resolverão, por si sós, todos os problemas, caso os Estados não tomem as medidas necessárias para que a água chegue efetivamente onde ela tem que chegar. Em outras palavras: as adutoras do sertão pernambucano precisam ser feitas.

Encerrando sua fala, alertou que começam a aparecer no Brasil os primeiros conflitos envolvendo o uso da água. Já se avolumam os exemplos: o Sistema Cantareira apresenta uma tensão na disputa da água entre a região metropolitana de São Paulo e a bacia do Rio Piracicaba; o Rio Paraíba do Sul dá indícios de conflito entre o Estado Rio de Janeiro e a parte paulista que o utiliza; no Centro-Oeste, há um potencial embate entre o setor energético e o agrícola, que depende da água para promover a agricultura irrigada.

Portanto, é fundamental que a água, ao lado de questões como economia, segurança, habitação, transporte etc, assuma um papel preponderante na definição das políticas públicas no Brasil. De outra sorte, teremos que lidar, no futuro, com situações muito mais difíceis.

## V – Questionamentos e Debates

- Considerações e questionamentos do Senador Fernando Collor:

O Senador Fernando Collor transmitiu ao Sr. Vicente Andreu Guillo os seis questionamentos enviados pelos telespectadores:

1º – “Qual a opinião do Sr. Vicente Andreu Guillo sobre a afirmação ‘a energia mais poluente é aquela que não se tem’?”;

2º – “Quando se afirma que o Brasil tem 43 dias de segurança hídrica, está-se computando nesse cálculo o reservatório do Aquífero Guarani? E por que há essa diferença tão grande entre a segurança hídrica do Brasil, de 43 dias, para a segurança hídrica dos Estados Unidos, que tem mil dias de segurança hídrica?”;

3º – “Dentre as atribuições da Agência Nacional de Água, qual o papel da Agência no fornecimento de água limpa e potável à população, passando pela questão do saneamento?”;

4º – “De acordo com estudos publicados recentemente, o aquecimento global provocará o aumento de chuvas torrenciais no Sul e no Sudeste, a redução de chuvas do Norte e a ocorrência de secas mais prolongadas no Nordeste. Que medidas a ANA está tomando para lidar com essas situações?”;

5º – “Em 2007, ocorreu a ruptura de uma barragem de rejeitos de mineração na Bacia do Rio Parnaíba do Sul, o que obrigou a interrupção da captação de água nas cidades a jusante do foco poluidor. Quais programas e projetos que a ANA realiza para evitar que ocorrências como essas se repitam?”

6º – “De que forma a ANA se posiciona diante da extração de gás de folhelho, tendo em vista que a principal restrição que se faz à extração desse gás é a contaminação das águas subterrâneas?”.

- Respostas dos Sr. Vicente Andreu Guillo:

Em relação à primeira pergunta desse bloco, disse que, com efeito, a energia que não se tem pode ser a mais poluente, bem como a mais perigosa. O fato é que ela será, sem dúvida, a mais cara, pois a sociedade terá que pagar para que ela esteja disponível para exploração.

No que toca ao segundo questionamento, respondeu que o Aquífero Guarani não está computado no tempo de segurança hídrica de que dispõe o Brasil. Naquele cálculo, levou-se em conta apenas a relação entre precipitação e evaporação de água, e o que é armazenado como produto da sobra dessa operação em reservatórios artificiais.

A diferença numérica entre Brasil e EUA, atinente às reservas de água, explica-se por razões históricas. Enquanto os norte-americanos primaram – e primam – pela atenção dedicada ao setor, os brasileiros concentraram-se em solucionar questões pontuais: construção de pequenos reservatórios para a agricultura e grandes reservatórios para geração de energia elétrica. Há, no nosso País, subutilização dos recursos hídricos.

Passando para a terceira indagação, asseverou que o reuso da água é ponto fundamental na política hídrica de um país. Há alternativas para a água “não potável”, como por exemplo, sua utilização na agricultura.

Mesmo com outras opções, faz-se mister investir em seu tratamento, especialmente para seu reaproveitamento pelas indústrias e pela população. Uma experiência positiva vem sendo feita em São Paulo, pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Sobre o tema da quarta pergunta – posição da ANA quanto ao aquecimento global – disse que a Agência está trabalhando, em convênio com a Universidade do Ceará, no sentido de aplicar as previsões globais do relatório do IPCC às realidades das bacias hidrográficas. Destacou a importância dessa atuação, uma vez que não há um modelo aplicado a escalas menores.

A quinta pergunta mereceu uma reflexão sobre a complexidade da legislação brasileira referente à questão da água e à questão ambiental. Há sobreposição de competência, ora atribuindo ao Ministério de Minas e Energia, ora à ANA, ora ao Ministério do Meio Ambiente, a gestão e elucidação de incidentes envolvendo as águas.

Quando se fala de reservatório de rejeito, está-se tratando de legislação ambiental e também de legislação vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Paralelamente, em essência, esse tipo de reservatório não é de gestão da água. Porém, se o seu rompimento traz consequência para um rio, os impactos acabam sendo administrados pela ANA.

Nessa medida e nesse caso específico, a Agência atuou conjuntamente entre os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, a fim de criar mecanismos para monitorar e ser capaz de tomar medidas no menor tempo possível. Por exemplo, determinando a suspensão da captação de água.

Por fim, o palestrante respondeu a sexta pergunta reiterando que, também aqui, a gestão é delicada, já que as águas subterrâneas, e o licenciamento dos poços respectivos, incluem-se entre os bens e atribuições dos Estados.

A despeito de haver uma política nacional de energia, existem – e existirão – políticas estaduais, com o condão de medir os impactos de determinada atividade em nível local.

O papel da ANA tem sido o de subsidiar e fortalecer os Estados para que eles tomem as melhores decisões possíveis.

- Considerações e questionamentos do Senador José Pimentel:

Ressaltando o papel fundamental desempenhado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), disse que é preciso haver maior interligação de bacias, a fim de permitir o racionamento e o melhor aproveitamento da água.

Exemplificou com o caso do Nordeste Setentrional e a região de nascedouro do São Francisco. Nos períodos que esta área possui precipitação elevada (junho a outubro), aquela sofre com a seca. A compensação de recursos hídricos poderia ser a solução para o problema da seca em regiões como o norte do Nordeste. Para isso, obviamente, a construção de canais se mostra crucial.

Diante desse quadro, indagou o seguinte:



1º – Qual órgão ficará responsável pela gestão das águas compartilhadas entre os estados banhados pelo São Francisco naquelas localidades, levando-se em conta a possibilidade de haver conflitos entre entes doadores e receptores de águas?

2º – No que diz respeito à cobrança pelo uso da água, quais os planos da ANA, dentro desse contexto?

- Respostas dos Sr. Vicente Andreu Guillo:

Para os questionamentos ofertados pelo Senador José Pimentel, respondeu, primeiramente, que, até o momento, não há um órgão gestor para esses recursos hídricos. Apesar de o Governo Federal ter sinalizado que esse órgão pudesse ser composto dentro da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) ou mediante um consórcio entre a Codevasf e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), ainda não existe um organismo gerencial na área.

Referente ao segundo ponto, cobrança pelo uso da água, como ainda não há um órgão gestor, ainda não foi definida a tarifa para a operação do canal. Outros estados já avançaram no tema, como é o caso de Paraíba e Rio Grande do Norte.

Sublinhou que a função desempenhada pela ANA é a de, após definida a tarifa, regular o acesso à água e verificar se as condições de operação em determinado reservatório estão de acordo com os termos da outorga. Nesse diapasão, o entrave é justamente a definição do órgão gestor das águas desse canal.

- Considerações e questionamentos do Senador Sérgio Souza:

O Senador Sérgio Souza sublinhou a importância da agropecuária para o PIB nacional. Atualmente, este setor responde por 24% do PIB e vem “segurando” a balança comercial do País. E sua produtividade está intrinsecamente ligado à disponibilidade de água.

Observou que a construção de reservatórios é o melhor meio para se garantir a segurança hídrica – nos seus vários matizes – e ainda alavancar o desenvolvimento de uma região. Ilustrou com os casos de municípios limítrofes de seu Estado, o Paraná. Eles se tornam locais ricos e desenvolvidos.

Outro ponto levantado pelo parlamentar disse respeito à piscicultura. Hoje, o Brasil é um grande importador de peixes, mesmo tendo um potencial enorme para a sua produção. Um dos poucos estados que produzem peixes em quantidade – destacando-se aqui a tilápia – é o Paraná.

Feitas essas considerações, trouxe à luz as seguintes dúvidas:

1º – Qual o entendimento da ANA em relação à utilização dos reservatórios para piscicultura?

2º – O que a ANA pensa sobre as hidrovias?

- Respostas dos Sr. Vicente Andreu Guillo:

A essas perguntas, disse que, quanto à piscicultura, cujo crescimento é defendido amplamente pela ANA, o Brasil ainda trabalha com modelos importados e é preciso inserir modelos técnicos brasileiros, que considere as mais variadas equações da atividade.

Em relação às hidrovias, sustentou que a Agência também é favorável ao seu maior aproveitamento. No entanto, salientou que o grande problema é a oferta de carga a ser transportada por elas e que justifique o investimento emclusagem. Isso porque, é preciso tornar a operação economicamente viável.

Respondidas as questões, teceu algumas considerações acerca da utilização dos reservatórios. Historicamente, os reservatórios foram construídos para dar suporte a perímetros públicos de irrigação. Com o crescimento das cidades, ocasionado também pelo aumento da exploração agrícola, houve o incremento do uso da água dos reservatórios para o abastecimento urbano.

Nesse cenário, é imprescindível que os interesses da população e dos agricultores sejam conciliados, para que cada segmento possa usufruir de maneira satisfatória e equilibrada dos recursos hídricos disponíveis.

- Considerações e questionamentos do Senador Ruben Figueiró:

O Senador indagou ao palestrante acerca do seguinte:

1º – Qual a posição da ANA no que diz respeito à erosão do Rio Taquari, no Pantanal mato-grossense?

2º – Como o potencial das hidrovias poderia ser mais bem aproveitado, já que o País tem mais de 63 mil quilômetros de rios, lagoas, represas e canais, especialmente no que diz respeito à atualização da hidrovia Tietê-Paraná?

- Resposta do Sr. Vicente Andreu Guillo:

No que diz respeito à erosão do Rio Taquari, respondeu que a ideia era fazer um plano de gestão – e a ANA havia cumprido todas as suas obrigações para esse fim. No entanto, ainda não foi executada qualquer ação na região.

Sobre a utilização do potencial hídrico para os transportes, em especial da hidrovia Tietê-Paraná, afirmou que esta enfrenta dois problemas: 1) asclusas foram construídas para um cenário econômico que não mais corresponde à realidade; 2) o grave assoreamento existente nos reservatórios, que causa dois impactos: um, a

necessidade de se redefinir os trechos navegáveis em cada um dos reservatórios; e dois, a diminuição de água disponível para geração de energia elétrica.

Diante desse quadro, a ANA sugeriu duas ações: estabelecer uma regra operativa para o barramento de Barra Bonita, propiciando a superação de um pedral ali existente e a navegabilidade no local, e construir uma nova barragem, que seria a primeira na calha do rio, ampliando a hidrovia.

- Considerações e questionamentos do Senador Flexa Ribeiro:

O Senador perguntou ao Sr. Vicente Andreu Guillo sobre qual a ação a ANA tem para impedir que a construção de barragens em rios navegáveis seja feita sem a construção de eclusas que permitam a navegação.

Seria possível à ANA exigir, para a concessão da outorga, essa construção, já que, dentre os objetivos da Agência, está a “utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável”? Exemplificou com Tucuruí, que foi construída sem eclusa, e Lajeado e Estreito, que está sendo feita sem aquela infraestrutura.

- Resposta do Sr. Vicente Andreu Guillo:

O expositor disse, inicialmente, que a responsabilidade da ANA é garantir os usos múltiplos da água. Para isso, sua intervenção direta se dá na determinação de diretrizes para que determinada construção não fulmine as diversas possibilidades oferecidas por um rio. Nesse contexto, não está inserido, dentre as competências da Agência, o poder de se exigir a construção de eclusas, durante a edificação de uma usina hidrelétrica.

Sobre Tucuruí, anuiu à ideia apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro: é uma grande perda de oportunidade para o Brasil o seu subaproveitamento. Os planejamentos de transporte e elétrico deveriam ser elaborados com a mesma intensidade e relevância.

- Considerações e questionamentos do Senador Acir Gurgacz:

A indagação do Senador disse respeito à hidrovia do rio Madeira: quais as informações que a ANA possui acerca da dragagem do rio, a fim de que ela seja feita na hora correta? Disse que o Madeira é essencial no transporte de grãos e alimentos dentro da bacia Amazônica, mas, em quatro meses do ano, fica comprometido em virtude da seca.

- Resposta do Sr. Vicente Andreu Guillo:

O palestrante informou que não possui conhecimento para poder responder a questão formulada pelo Senador Acir Gurgacz. No entanto, informou que, em outra questão envolvendo o rio Madeira, a ANA esclareceu ao povo boliviano que as usinas

hidrelétricas não provocavam e não provocam impacto ambiental em seu território, findando e evitando conflitos maiores.

- Considerações do Senador Alfredo Nascimento:

O Senador Alfredo Nascimento fez algumas considerações durante o debate. Entre elas, destacam-se: a) a razão da antieconomicidade da eclusa do Rio Tocantins jaz na atuação do Governo, que não resolve o entrave existente com relação à retirada do Pedral do Lourenço, que daria trafegabilidade e viabilidade econômica à eclusa; b) a atualização e revitalização da hidrovia Tietê-Paraná está em execução pelo governo do Estado de São Paulo e conta com mais da metade, dentre os recursos previstos, de verbas oriundas da União; c) deve-se exigir, no projeto de construção de novas hidroelétricas, a obrigação de se construírem, simultaneamente, as eclusas necessárias.